

Séc.  
Jb

**OPINIÃO**

14/3/94

## Lições dos conflitos na África Austral

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dr. Durão Barroso, durante a sua recente deslocação à África do Sul, declarou, em conferência de Imprensa, que não existe qualquer proposta de divisão do território angolano nas conversações de Lusaca.

Uma fonte ligada às negociações na capital da Zâmbia informou ao «Século de Joanesburgo» durante o fim de semana que «a Unita fez várias concessões militares ao Governo de Angola, esperando que o executivo de Luanda também faça concessões políticas em contrapartida, esperando-se que até ao final do corrente mês de Março se alcance um acordo em Lusaca».

A problemática dos conflitos na África Austral, nomeadamente a guerra em Angola, o processo em Moçambique e a evolução situacional na RSA foi objecto de análise profunda durante um seminário da especialidade organizado em JHB pelo South African Institute of International Affairs (SAIIA) em colaboração com o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI), sediado em Lisboa.

O encontro teve por objectivo principal uma reflexão conjunta em que foram apresentadas contribuições de várias vertentes dos três processos em análise. Isso permitiu receber ópticas diversificadas, enriquecidas por pesquisa profunda e pôr à consideração geral novos pontos de vista ou factos porventura controversos e que careçam de esclarecimento mais detalhado.

Portanto, o seminário não extraiu conclusões, mas, alguns tópicos entraram numa posição de consenso quase generalizado, pelo que merece uma referência especial o facto de que se considerar que «a transferência do modelo de democracia europeia não deve ser feita de imediato em África, de forma mecânica».

Concretamente contesta-se o facto de que nos Acordos de Bicesse está escrito que o vencedor fica com tudo, relativamente à vitória no processo eleitoral. Ora, as sociedades africanas são participativas e desejam continuar a contribuir para a dinâmica política mesmo após as eleições. E não faz sentido que essa representatividade dos vencidos fique excluída da trajectória seguinte.

Com efeito, ficando o vencedor das eleições com tudo, afasta a participação representativa dos que perderam nas urnas. E este ponto, viria a ser abordado por Durão Barroso na conferência de Imprensa em Joanesburgo, quando, tendo declinado elaborar sobre as

negociações angolanas e a posição actual do processo em Moçambique, em termos de propostas ou sugestões porventura avançadas por Portugal, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Lisboa foi solicitado a, na qualidade de analista político, se pronunciar sobre os governos de unidade nacional ou de transição.

Na opinião pessoal do titular da pasta de política externa lusa, «por exemplo, em Portugal, após o 25 de Abril, os sucessivos governos provisórios não foram eficientes mas cumpriram uma função de representatividade dos vários sectores do eleitorado na vida política executiva do País, o que contribuiu para sedimentar a estabilidade pós-revolução. Esse princípio de participação governativa afigura-se-me ideal para as diversas partes intervenientes nas votações, devendo ser cada país a escolher as proporções de participação que entender que melhor sirva os seus objectivos. Chame-se-lhe Governo de Unidade Nacional ou Governo de Transição, o importante é que vencedores e vencidos encontrem uma fórmula de representatividade activa na evolução política posterior aos resultados das urnas».

Este ponto, durante o seminário da SAIIA/IEEI viria a ser também objecto de análise, relativamente ao conflito social na África do Sul, onde se encontrou uma fórmula de aproximação das divergências por um forum negociado, que reuniu não apenas as organizações políticas, os movimentos sindicais, as associações cívicas, as representações comunitárias e instituições religiosas num convite aberto ao diálogo pacífico para abordagem das diferenças entre as partes intervenientes, as perspectivas de conversações pontuais alargadas a um espírito de reconciliação virado para o futuro e não petrificado em termos de passado, com a sua carga de erros e ajustes de contas.

Foi assim que no World Trade Centre, em Kempton Park, se desenrolou o processo de negociações das transformações em curso na RSA, com uma participação activa e dinâmica com vistas à construção de uma Nova África do Sul, democrática e multirracial.

Muitas das tensões imediatas satisfizeram e foi possível encontrar situações de consenso generalizado e outras de divergências possíveis de tolerar pelo respeito das diferenças culturais e opções de modelos de política económica e social. Todavia permanecem, sob o vulcão, as lavas da violência que irrompe com o seu cortejo de mortes e destruição, que é preciso evitar se se deseja construir um País para o futuro, onde todas as vidas humanas são necessárias para os desafios do desenvolvimento e da cooperação regional.

Neste ponto, outros países de África aguardam com extrema atenção o evoluir da situação na RSA, cujo processo político-militar pós-eleições poderá influenciar o modelo de solução de outros conflitos sociais ou bélicos no Mundo.

ASSUNÇÃO ALMEIDA